

O retorno do Estado desenvolvimentista no Brasil*

Andreas Novy*

Professor do Instituto de Economia Regional e Economia do Meio ambiente da Universidade de Economia e Administração de Empresa de Viena (Institut für Regional- und Umweltwirtschaft, Wirtschaftsuniversität Wien)

Brasileiros evitam o caminho direto. Esperança e desespero estão lado a lado, assim foram os últimos 30 anos no Brasil; uma montanha russa de sentimentos de esperança e desilusão; um aprendizado de dialética prática. Com o processo de democratização, muitos brasileiros uniram-se à esperança de uma mudança fundamental. A democratização coincidiu, nos anos 80, com a crise da dívida e com a conseqüente crise do modo de desenvolvimento nacionalmente centrado. Com a Constituição Cidadã de 1988, resultado de uma assembléia constituinte, o País recebeu uma moderna constituição, com elementos de uma democracia participativa e social. Porém, na prática, foram efetivadas, antes de tudo, reformas liberais radicais, as quais internacionalizaram o controle sobre o dinheiro e a tecnologia (Tavares, 1999). Um processo de endogeneização dos poderes político e econômico pareceu ter permanentemente finalizado com o Plano Real e a política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (Novy, 2001a). Celso Furtado viu os anos 90 como um momento no qual um projeto nacional, iniciado em 1822, teria sido interrompido (Furtado, 1999, p. 26). Desapontamento e desilusão retratavam o País.

Quando Lula ganhou a eleição presidencial, esperavam-se poucas mudanças revolucionárias ou aguçamentos leninistas. Comentaristas sublinhavam a permanência de políticas neoliberais, se bem que, à política econômica neoliberal sob controle empresarial, se contrapôs uma política social, no início, sob bases fiscais frágeis, a qual estabeleceu diálogo com movimentos sociais e sindicatos. Propagou-se a avaliação de que se tratava de uma forma de modernização conservadora, de uma revolução passiva ou de uma hegemonia “invertida”, na qual os de baixo regiam os

interesses daqueles de cima. Lula teria meramente aberto um novo capítulo da desordem na periferia, na qual o atraso da vanguarda levava a que o País permanecesse na vanguarda do atraso, de forma a que tudo ficasse como estava (Oliveira, 2003). Poucos pressentiram que poderia tratar-se de um passo adiante, de uma história de progressiva “ampliação”, um processo de “alargamento democrático da república” e da “construção de uma social-democracia real” (Vianna, 2002).

Pretendo examinar o Governo Lula nessa relação tensa entre mudança e permanência, entre modernização conservadora e revolução burguesa, por um lado, e, por outro, capitalismo estatal social-democrático.

Revoluções conservadoras e ampliações progressivas

Revoluções no Brasil sempre se deram dentro da ordem estabelecida, sem romper com o passado (Fernandes, 1987, p. 202). A Revolução de 30 lembra a revolução burguesa européia, pois levou ao enfraquecimento da oligarquia agrária e proporcionou a ruptura em direção a uma sociedade baseada no dinheiro, no mercado e na competição. Porém tratou-se de uma modernização conservadora, que não só marginalizou a organização autônoma dos trabalhadores, mas também integrou a oligarquia vencida em um novo pacto. Tratava-se de uma consolidação burguesa conservadora, uma revolução de cima para baixo (Fernandes, 1987, p. 220), que fundou um novo campo de poder de um modo de desenvolvimento nacional centralizado, que, frente aos atores locais, possuía uma maior margem de manobra (Fiori, 1995; Novy, 2001a). Todavia a estabilização do domínio político a seguir mostrou-se difícil, devido à dinâmica de acumulação extremamente dependente, o que tornou necessária a centralização do poder. Dessa forma, “os senhores do poder” fortaleceram suas esferas de influência sobre o Estado e no controle dos fundos públicos.

* Texto traduzido por Carlos Roberto Winckler. O tradutor agradece aos editores do periódico alemão **Das Argument** a cedência de tradução, onde versão algo diversa foi publicada no nº 276/2008. **Das Argument** é um importante periódico de intelectuais críticos, que completou 50 anos em 2007.

Artigo recebido em 23 jan. 2009.

O Estado desenvolvimentista brasileiro tem sua origem em seu estado regional mais sulista, o Rio Grande do Sul. Nesse estado, impôs-se, de forma autoritária, uma ditadura desenvolvimentista na tradição do positivismo de ordem e progresso e onde foram estabelecidas as raízes do Estado desenvolvimentista brasileiro. Entre 1893 e 1930, essa ditadura *de facto*, construída sobre o *ethos* do bem-estar geral e pondo limites à oligarquia rural, modernizou o Estado regional segundo os interesses do desenvolvimento capitalista: foi introduzido o imposto territorial, a infra-estrutura e a industrialização foram subsidiadas, e foi instituído o ensino primário público (Bosi, 1999, p. 273). No plano nacional, o Estado desenvolvimentista origina-se a partir de Getúlio Vargas, um político do Rio Grande do Sul que governou tanto como ditador quanto como presidente democrático eleito. Tanto no período democrático quanto no da ditadura, ocorreu crescimento com base no uso de técnicas de planejamento econômico e social, que possibilitaram igualmente a modernização da produtividade e a incorporação de novas camadas à sociedade de consumo. O crescimento possibilitou, mediante “fuga para frente”, a manutenção da estrutura socioeconômica desigual.

No debate político-econômico, nesse período, foi influente o estruturalismo na sua versão cepalina. Essa teoria trabalhada no contexto latino-americano identificava duas causas principais para o subdesenvolvimento: por um lado, estruturas que impediam o desenvolvimento, o “peso da história” e “duro cimento” (Furtado, 1997, p. 50), como a divisão agrária e a de renda; por outro lado, a falta de uma indústria nacional unida à dependência econômica externa (Bielschowsky, 2000). Reforma política significava, assim, mudar essas estruturas. Análises críticas que flertavam com a revolução não negavam o significado das reformas, mas a possibilidade de sua implementação. O Golpe Militar de 1964 e as reformas políticas após 1982 mostravam a profunda crise das políticas reformistas na América Latina. Já em 1984, José Luis Fiori antecipava o esgotamento do modo de desenvolvimento nacionalmente centrado, que combinava perda da capacidade de decisão estatal sobre o valor do dinheiro e do ordenamento jurídico que havia possibilitado longa e exitosa política de acumulação. A implosão do Estado desenvolvimentista pareceu ter-se tornado realidade através da política de privatizações dos anos 90 (Fiori, 1995, p. 112).

O Governo Lula deve ser avaliado a partir desse fundo histórico. Trata-se de entender como esse governo utilizou concretamente a conjuntura política e econômica, como o peso da história impregna esse governo e qual

“cimento” pode ser injetado em curto espaço de tempo. Após essa análise, é possível compreender-se o potencial de uma política de esquerda.

Um governo de contradições: Lula como árbitro

Na política brasileira dos últimos anos, sobressaiu-se o papel de Lula como moderador do poder estatal, a mais alta autoridade de um governo que é, em grande medida, internamente heterogêneo e cuja popularidade sobe permanentemente (Vianna, 2008). Lula realiza a mediação entre interesses conflitantes. É um poder moderador, tal como já havia sido percebido com Dom Pedro II na sociedade escravocrata do século XIX (Schwarcz, 1999). A nação surgida em 1822 unificava uma multiplicidade de oligarquias agrárias locais com interesses conflitantes. Todavia o que as unificava era o pacto para a manutenção da escravatura, reprimindo o poder central levantamentos locais. Para tanto, necessitavam de um forte poder central, um exército e um direito comercial e agrário. Interesses conflitantes deveriam ser equilibrados pelo imperador. Desde então, institucionalizou-se uma forma política de remeter os conflitos sociais para o interior do Estado. Isso permitiu a grupos como os da oligarquia agrária manterem sua influência política, mesmo quando se deu o encolhimento da base econômica na crise de 1929.

Getúlio Vargas também foi uma autoridade central que procurou apaziguar, no interior do Estado, interesses conflitantes com uma forma de política equilibradora e moderadora. Já nos anos 50, colocou-se uma tensão entre uma política econômica de estabilização de curto prazo e uma política de desenvolvimento nacional de longo prazo, que conduziria à criação da Petrobrás e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o maior banco de desenvolvimento do mundo (Fiori, 1995, p. 97). De 1954 a 1964, foi financiado o mercado interno brasileiro mediante a inflação — a construção de Brasília é um símbolo disso — e sua transnacionalização pelo empresariado multinacional. Foram nesses anos, durante a Presidência de Juscelino Kubitschek (1957-60), que o Estado desenvolvimentista brasileiro vivenciou seu florescimento; também as forças progressistas — em si patrimonialistas e conservadoras — viam no Estado o único ator possível para implementar desenvolvimento nacional, democracia e justiça (Fiori, 1995, p. 98). Porém, igualmente, os industriais nacionais, as oligarquias e o capital estrangeiro

também se ligaram a partes do setor estatal. “Centralizar e crescer”, estratégia de desenvolvimento dos governos democráticos dos anos 50, tornou-se o caminho para a satisfação de diferentes interesses. Críticos radicais à esquerda julgavam tal como traição, “como agitação demagógica e superficial” (Prado Junior, 2000, p. 51), cosmopolitas orientados à esquerda de São Paulo falavam de populismo, situado próximo à demagogia (Weffort, 1978). Os militares governaram, a partir de 1964, autoritariamente, porém deram continuidade ao fortalecimento do Estado nacional, através de planos de desenvolvimento e estatizações, enquanto, simultaneamente, assentavam as bases da financeirização (Tavares, 1982). Aproveitaram o quadro de condições favoráveis da economia mundial para uma mudança qualitativa da estrutura da economia, mantendo a assimetria do poder. Justamente o Estado desenvolvimentista, que floresceu sob forma autoritária na ditadura militar de 1964, mostrou o potencial de, mediante uma política de crescimento, apaziguar, por um longo tempo, as contradições internas.

A crise da dívida, em 1982, a redemocratização e as reformas neoliberais conduziram a uma ruptura do modelo político organizado em torno do Estado nacional. Empresas estatais nas áreas de energia e comunicação foram destruídas; bancos regionais, vendidos; e empresas como a mineradora Vale (CV) foram privatizadas na bacia das almas. A empresa de petróleo Petrobrás e bancos estatais — Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF) — permaneceram como propriedades públicas.

Sob essas condições, Lula assumiu, em 2002, o poder. Sua concessão ao mundo financeiro de respeitar contratos orientou sua estratégia, bem como a escolha de um empresário como seu vice (Becker, 2008). Lula não queria repetir o experimento do socialismo democrático de Allende, que acumulou forças através da polarização. Optou pelo caminho brasileiro da negociação e da dialética, o que desconcertou, ao longo dos anos, amigos e inimigos. Quanto a isso, seu interlocutor próximo, Tarso Genro, foi claro: “Nenhuma ruptura. Uma transição”, essa seria a máxima do Governo (Schmalz, 2007, p. 241). No primeiro governo, dominaram os liberais; o Ministério da Fazenda e o Banco Central constituíram uma frente contra interesses sociais e ecológicos. O Ministério da Fazenda perseguiu uma política de austeridade, que provocou baixo investimento público e reduzido crescimento econômico (Faria, 2007). Nesse sentido, também deu continuidade à política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Enquanto a política de finanças de Fernando Henrique Cardoso elevou a dívida pública de 29% para 57%, após 2002, a dívida pública

pôde continuamente ser abatida, de forma a diminuir a dependência em relação a financistas privados (Mercadante, 2006).¹ Até hoje, o Banco Central é dominado pelos interesses do capital financeiro. Com a justificativa de lutar contra a inflação e garantir a estabilidade econômica, é seguida uma política de juros altos, a qual — diferentemente da do Governo Fernando Henrique —, de fato, manteve, durante os últimos seis anos, a inflação baixa. O preço é o pagamento de juros altos, que pressionam o orçamento nacional, paralisam empresas e contêm os investimentos. O valor da moeda brasileira tornou-se uma variável que é condicionada pela arbitrariedade do capital financeiro, dado que a liberalização do mercado financeiro não só não retrocedeu, como, em certo sentido, foi impulsionada. A valorização cambial do real, que, mesmo frente ao euro, foi valorizado, tornou-se, em 2008, uma pesada carga para a economia externa, pois dificulta exportações e facilita importações.

Na política social, dominou a continuidade, pois os programas sociais-liberais de Fernando Henrique, organizados de forma focalizada, foram mantidos. Todavia, ao mesmo tempo, ocorreu uma ruptura com as políticas liberais: por um lado, deu-se de forma expressiva uma mudança qualitativa nas políticas focadas: 11 e não meramente 3,8 milhões de famílias foram beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família, uma forma de abono-família, o que significou quase a universalização de uma renda monetária básica. Quantidade transmuta-se em qualidade. Algo semelhante vale para um conjunto de medidas atreladas à baixa renda (“focadas”), como Luz para Todos, um grande programa de cisternas, ou o acesso ao microcrédito (Leubolt; Titor, 2008). Por outro lado, há experimentos sociais, como a criação de uma secretaria para a economia solidária ou de pontos descentralizados de apoio à cultura. Também o fomento a escolas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) é exemplo de outra forma qualitativa de trabalho conjunto entre Estado e sociedade.

Desde 2006, com a posse do novo Ministro da Fazenda, Guido Mantega, de orientação keynesiana, deslocaram-se as relações de poder, no interior do Governo, no sentido “desenvolvimentista”. O crescimento, em que pese a política obstaculizadora de juros elevados, é o maior objetivo — necessário mesmo em detrimento

¹ Eu me limito, neste artigo, a apenas alguns dados conhecidos. As informações estatísticas, sociais e econômicas respectivas, atualizadas, encontram-se na *website* do Banco Central (<www.bc.gov.br>) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (<www.ipea.gov.br>).

do meio ambiente. O Ministério da Fazenda apóia, hoje, os esforços desenvolvimentistas das políticas sociais, de investimentos e de infra-estrutura. Isso se efetua fundamentalmente através de três bancos públicos: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que promove basicamente o desenvolvimento econômico, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, que possibilitam a integração ao sistema bancário das camadas sociais mais pobres, sendo que a CEF também administra o Bolsa-Escola. Em maio de 2008, foi criado um fundo soberano, pelo qual reservas monetárias excedentes devem ser utilizadas no incentivo de exportações. Em 2007, a política monetária ingressou em uma espiral positiva, possibilitada pela política de desenvolvimento: impostos e contribuições previdenciárias mais elevadas reduziram o déficit e ampliaram os espaços de atuação, os quais foram utilizados na elevação dos ganhos dos servidores públicos e no aumento dos investimentos públicos. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tornou-se o núcleo da política econômica. Com a ampliação da infra-estrutura de transporte, com a urbanização de favelas e novas hidroelétricas, Lula deseja associar-se à eclosão de entusiasmo do período juscelinista. O crescimento ampliou-se sustentado pela demanda do mercado interno. As reações do empresariado nacional e do mundo financeiro internacional deram a impressão de que o crescimento seria de curto fôlego. A crítica de esquerda dos primeiros anos, que se concentrava nas políticas liberais impeditivas do crescimento, segue emudecida.

A atual carência de debate social aberto não deve ser vista como sinal de apatia política. Pode ser vista como inoportuna, ou como má vontade de trazer conflitos a público. Essa é certamente a forma de Lula governar, para quem a lealdade é central. Apenas esporadicamente — por exemplo, através do MST —, interesses políticos são publicamente articulados. Com marchas e ocupações, a política agrária neoliberal do Governo e o poder do “agrobusiness” são denunciados, sem que os conflitos sejam agudizados. Em 2006, o MST apoiou a reeleição de Lula (Stedile, 2006). O Governo, porém, por outro lado, efetiva desapropriações somente lentamente, mas financia projetos de reforma agrária já existentes de forma variada. Por conseguinte, é uma grande exceção quando o Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em maio de 2008, criticou abertamente a política de juros elevados e apelou por apoio por parte daqueles que, no Governo, querem crescimento e não meramente estabilidade. Que não tenha sido imediatamente demitido mostra a força que adquiriu essa corrente nesse meio tempo.

Desenvolvimento da indústria nacional e limites da economia externa

Desenvolvimento industrial requer formação de território, além de, essencialmente, no século XX, detentores nacionais do poder. O desengate do mercado nacional é, na verdade, improvável, dados os variados entrelaçamentos — dinheiro, tecnologia, comércio —; do mesmo modo, é pouco provável a dissolução do espaço através da lógica expansiva do capital. A dialética de território e espaço de entrelaçamento é constitutiva do desenvolvimento capitalista (Harvey, 1985; Tavares, 1999; Novy, 2001a; Becker, 2002). O desenvolvimento industrial em um mercado local é fundamental à sua própria continuidade.

No século XX, deu-se um processo de substituição de importações que não se limitou à indústria pesada e à substituição de bens de consumo. Desde os anos 70, surgiram, no mais das vezes externamente controlados, complexos industriais — petroquímica, agroindústria, militar-industrial, alta tecnologia e indústria de computadores — que completavam a estrutura de produção nacional (Becker; Egler, 1992, p. 130 e seguintes). Todavia a crise da dívida e a internacionalização do poder e do dinheiro a ela relacionada levaram a um processo de desindustrialização (Tavares, 1999). Em 1989, estavam ainda empregados na região industrial em torno de São Paulo 220.000 metalúrgicos; esse número caiu para 96.000 até 2002. Nesse meio tempo, elevou-se esse número para 132.000 (Biondi, 2008).

A importante política salarial de Lula, de criação de um mercado interno, teve duas linhas impulsionadoras: a elevação do salário mínimo, já iniciada no governo de FHC, e a formalização das relações de emprego. Entre janeiro de 2002 e janeiro de 2008, elevou-se o número de ocupados em 26%, mais de seis milhões de novos postos de trabalho foram criados, e o salário mínimo, que também é base para o cálculo da aposentadoria, elevou-se em volta de 26% (Biondi, 2008). Esse quadro positivo está relativizado, dado que, somente em 2007, os salários reais alcançaram o nível de 2002. Todavia, em 2008, 88% dos acordos salariais foram negociados com aumento real dos salários. O crescimento favorece o poder de negociação dos ocupados.

A política industrial de Lula baseia-se na política social e econômica geral do Governo, que supõe, do mesmo modo, o fortalecimento do mercado interno e o incentivo às exportações. A partir de 2004, assinala-se

um processo de recuperação favorável, beneficiado pela conjuntura da economia mundial, a qual propiciou, em 2007, altas taxas de crescimento. Depois da crise *sub-prime*, a Bolsa brasileira seguiu valorizando-se e descolou-se das tendências mundiais. Abstraindo-se os aspectos especulativos desse desenvolvimento, aquecido pela valorização do Brasil pela agência internacional de *rating* S&P, as empresas brasileiras são lucrativas, e, em parte, como a mineradora Vale, a fabricante de jatos Embraer e a Petrobrás são importantes *global players*. No ramo de telecomunicações, esforça-se a nacional Oi em assumir a liderança do mercado nacional; no setor bancário, o estatal BB. Interessante é a estrutura do processo de desenvolvimento industrial, pois as menores taxas de crescimento são apresentadas pelas mercadorias de bens não duráveis; entretanto as maiores são do setor de bens de capital, vale dizer, de máquinas, as quais cresceram, em 2007, em volta de 20% e, em 2008, devem crescer em torno de 15%. Em alguns setores industriais, pode-se falar de um verdadeiro *boom*. Assim, elevaram-se a produção e a venda de automóveis de 1,8 milhão (2002) para 2,6 milhões (2007). Esse *boom* foi facilitado pelo pagamento parcelado em até 72 vezes, através do qual a concessão de crédito é, em parte, facilitada e ocasiona a política de juros altos. O permanente recorde de perda de tempo e de quilômetros de engarrafamentos nas cidades brasileiras é uma das conseqüências desse *boom*. Um programa de incentivo à indústria foi acordado em 2004; em maio de 2008, uma nova política para o desenvolvimento produtivo (PDP), que até 2010, apoiará a economia exportadora com incentivos ao investimento no valor de R\$ 21,4 bilhões (aproximadamente 8,3 bilhões de euros). Para tanto, contarão investimentos isentos de tributos e outras isenções de impostos para produtos de alto valor, por exemplo, investimentos em *softwares*. O objetivo ambicionado é a elevação da formação bruta do capital fixo — a qual estava, em 2003, abaixo de 16% — para 21% em 2010 (Coutinho, 2008).

A dependência externa é a barreira capital a um desenvolvimento autodeterminado, além das reformas estruturais para dentro, que apaziguam temporariamente os conflitos de classe. O balanço de pagamentos, medida central para o equilíbrio da economia externa, foi, até 2007, superavitário. Tal se deve ao *boom* das exportações, das quais mais da metade foi de produtos industrializados. Produtos primários, como soja, carne de gado, milho e produtos semimanufaturados, os quais, no mais das vezes, apresentavam reduzida geração de valores, trouxeram juntos menos que a metade das divisas. Não obstante isso, o Brasil teve fortes lucros

com a alta dos preços das matérias-primas. O balanço de pagamentos deverá ser negativo em 2008, devido às crescentes remessas de lucros e importações. Isso ameaça a estabilidade da economia externa, mesmo que, em 2007, as reservas acumuladas estivessem acima de US\$ 180 bilhões. A médio prazo, isso não é problemático, pois muitos investimentos diretos, que levam a cabo a capacidade de produção, são efetuados. Porém entra em massa no País capital especulativo, que se beneficia dos altos juros e da forte valorização da moeda. Com esse dinheiro, são embolsadas rendas de negócios de arbitragem, e o curso do câmbio é jogado às alturas, o que reforça o desequilíbrio.

A política de esquerda hoje no Brasil

A limitação de poderes imperialistas unilaterais, sejam eles de grandes Estados, sejam de grandes grupos econômicos, é uma tarefa urgente da esquerda em escala mundial. Quinhentos anos de *status* periférico impregnaram a forma do capitalismo brasileiro (Guimarães, 2005). Movimentos emancipatórios inclinaram-se sempre, por conseguinte, contra a dependência externa e contra o domínio de classe interno, por isso, a construção da nação foi uma questão-chave (Sampaio Junior, 1999). A aliança entre trabalhadores e pequenos agricultores foi uma das estratégias essenciais de projetos anticapitalistas e antiimperialistas (Coutinho, 1988, p. 127). Com a campanha brasileira “O Petróleo é Nosso”, nos anos 50, impediu-se o assalto de empresas estrangeiras aos recursos nacionais; o mesmo discurso é utilizado hoje na Bolívia, no Equador e na Venezuela. Soberania e autodeterminação são palavras-chave, porém é a integração regional do sul — respectivamente da América Latina — que se torna cada vez mais significativa. Políticos, os quais são descritos como populistas, unificam hoje, na América Latina, uma noção de democracia social que ultrapassa, através de decisões de maioria, a forma estreita de liderança praticada hoje, na Europa, na formação da vontade política (Canfora, 2006; Alto, 2008). As experiências latino-americanas recordam a tradição republicana que fortalece os direitos universalistas de cidadania e as instituições públicas, ainda que tudo isso se movimente nos limites da socialização capitalista. Precisamente o Partido dos Trabalhadores (PT) aproximou-se dessa tradição (Vianna, 2008).

O distante objetivo final socialista perdeu-se ao longo do tempo, no Brasil. Assim como Lula não é socialista,

também o PT não o é mais (Amaral, 2003). Com suas frações partidárias internas, saiu-se bem, há tempos, o partido no equilíbrio entre as margens à esquerda e à direita. No interior do PT, a esquerda perdeu em influência, também devido à derrota eleitoral no Rio Grande do Sul. Todavia persiste a tensão entre a política pragmática e a crítica da sociedade civil, uma marca do Governo Lula. No primeiro período de governo de Lula, a crítica de esquerda dirigiu-se contra a política econômica neoliberal. No segundo período, deslocou-se a olhos vistos para a crítica do crescimento feita pelo movimento ambientalista, como foi difundida na Europa desde os anos 80. No início, a Ministra do Meio Ambiente pôde frear uma política de crescimento, na tradição social-democrática, em conflitos que envolviam desmatamento, técnicas genéticas, estudos de impacto socioambiental e usinas atômicas, crescimento que acontecia às custas do meio ambiente. Quanto aos biocombustíveis, o próprio Governo é força incentivadora. Todavia os movimentos sociais preocupados com o meio ambiente acabaram, de uma forma ou de outra, sendo integrados ao aparato estatal, ou tornaram-se dependentes, subvencionados por instituições próximas ao Estado. A crítica radical é aquela de instituições consolidadas internacionalmente, como o Greenpeace ou parte da Igreja, que se mobilizaram contra a transposição do rio São Francisco. Tal como o movimento europeu em seus primórdios, são também críticas quanto ao crescimento.

Internamente, a atual política governamental significa um civilizar do capitalismo, pois uma crescente parte da população pode participar do mercado de trabalho e da sociedade de consumo. Por um longo tempo, isso parecia ser impossível na periferia, devido às estruturas de dependência. O Estado sob Lula fortaleceu seu papel como planejador, coordenador e força impulsionadora da política de desenvolvimento. Reviveu-se uma política que parecia ter terminado nos anos 80. Trata-se de uma forma de capitalismo estatal periférico, sobre o qual foi intensamente debatido até os anos 70. Após, os Estados asiáticos mostraram que é possível e necessário abandonar uma posição periférica na economia capitalista mundial (Chang, 2002). Desde 2003, o Brasil persegue uma política externa baseada no multilateralismo. Passos importantes na direção da cooperação sul-sul foram efetivados (Schmalz, 2007). O Banco do Sul, fundado em 2007, e a fundação da União das Nações Sul-Americanas, em maio de 2008, são, do mesmo modo, a mencionar como a restituição de créditos ao FMI, a instituição de um fundo soberano, o qual, a partir de 2008, mobilizará créditos para o desenvolvimento nacional. Isso reforça as estruturas produtivas nacionais e reduz a

dependência externa. Talvez esteja no final do domínio social-democrata um resultado paradoxal: um capitalismo nacional torna-se, pela primeira vez, viável, e, em consequência, a posição periférica no capitalismo mundial é superada, quando admite um mínimo de participação aos trabalhadores e aos pequenos agricultores. Mais uma vez, lutas sociais e mobilização política têm o efeito de alavancar as contradições capitalistas a um plano mais elevado.

A renúncia da Ministra do Meio Ambiente, Marina da Silva, mostra o quanto é disputado o equilíbrio entre crescimento e política ambiental. A história da social-democracia no século XX fornece, para tanto, rico material. Possibilitar a participação no mundo capitalista das mercadorias foi o papel histórico da social-democracia no centro da economia mundial. As fraquezas desse modelo político são conhecidas: pouca formação da consciência no que tange às formas de vida e trabalho e com relação ao ambiente para além do capitalismo, formas autoritárias de agir e o incentivo à individualização na sociedade das mercadorias. Aqui, coloca-se o desafio de uma revolucionária política realista (*revolutionäre Realpolitik*) no sentido da tradição de Rosa Luxemburg, que não se opõe à modernização capitalista em si, mas às suas tendências destrutivas (Haug, 2007). Reformistas leais ao Governo e críticos do sistema informados pelos movimentos sociais precisam um do outro. Torna-se perigoso, quando a social-democracia evita o diálogo com os movimentos de esquerda, ou os críticos da esquerda passam a ver o Governo como inimigo e não mais como parceiro. Isso ameaçaria a aliança progressista do Estado desenvolvimentista com os movimentos sociais e colocaria em risco a continuidade desse projeto após 2010. Se Lula, como figura integradora, é suprimido, há duas possibilidades. Uma é uma vasta coalizão que agregue uma parte da oposição peessedebista, por exemplo, o Governador de Minas Gerais. Isso seria o histórico pacto social, um passo adiante em direção ao capitalismo de parceria social e um novo nível de modernização conservadora. O espaço de atuação para movimentos democratizantes seria estreitado e aumentaria a pressão para a cooptação. Nesse cenário, seria necessário garantir a democracia e o dissenso. A outra opção seria a reedição da velha polarização entre liberais e nacionalistas, na qual viria, na polarização — diferente da Europa de hoje —, a junção entre desenvolvimento e crescimento, nação e integração sul-americana com a esquerda e a junção de liberais cosmopolitas com a direita. O uso engenhoso das contradições baseadas numa conscientização liberal é necessário para a difícil tarefa da esquerda, hoje, no Brasil, de superar velhos

modelos: o projeto dos desenvolvimentistas seria uma repetição contraditória da política do século passado; o projeto liberal, uma recaída na dependência imperial. A desilusão e o desapontamento de muitos ativistas acerca da social-democratização de seu movimento político é um perigo à atual aliança entre pragmatismo e perspectiva mais ampla. Seu fracasso seria trágico, pois, pela primeira vez, há uma oportunidade real de se superarem 500 anos de dependência.

Referências

- ALTO, Hervé do. Del entusiasmo al desconcierto: la mirada de la izquierda europea sobre América Latina y el temor al populismo. **Nueva Sociedad**, Caracas, n. 214, p. 54-66, marz./abr. 2008.
- AMARAL, Oswaldo E. do. **A Estrela não é mais vermelha**: as mudanças do programa petista nos anos 90. São Paulo: Garçom, 2003.
- BECKER, Bertha; EGLER, Claudio. **Brazil: a new regional power in the world-economy; a regional geography**. Cambridge: Cambridge University, 1992.
- BECKER, Joachim. **Akkumulation, Regulation, Territorium**: Zur kritischen Rekonstruktion der französischen Regulationstheorie. Marburg: Metropolis, 2002.
- BECKER, Joachim. Zwiespältige Verhältnisse: Progressive Regierungen und soziale Bewegungen in Südafrika und Brasilien. In: SCHMALZ, Stefan; TITTOR, Anne (Org.). **Linke Politik jenseits von Marcos und Chávez, Zum Verhältnis von sozialen Bewegungen, Gewerkschaften und Parteien**. Hamburg: VSA, 2008.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BIONDI, Antonio. **Especial trabalho e renda I-IV**. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/templates/>>. Acesso em: 20 maio 2008.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Editoria Schwarcz, 3. Aufl. 1999.
- CANFORA, Luciano. **Eine kurze Geschichte der Demokratie**: Von Athen bis zur Europäischen Union. Köln: PapyRossa, 2006.
- CHANG, Ha-Joon. **Kicking away the ladder**: development strategy in historical perspective. London: Anthem, 2002.
- COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). **Gramsci e a América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 103-127.
- COUTINHO, Luciano. **Inovar e investir para sustentar o crescimento**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/pdp/public/arquivos/>>. Acesso em: 23 maio 2008.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder formação do patronato brasileiro**. Rio de Janeiro: Globo, 1997.
- FARIA, Luiz Augusto Estrella. **Política econômica e crescimento no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre, 2007. (Texto para discussão FEE 4). Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/publicacoes/>>.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FIORI, José Luís. **O vôo da coruja**: uma leitura não liberal da crise do estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995.
- FURTADO, Celso. **O longo amanhecer, reflexões sobre a formação do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FURTADO, Celso. **Obra autobiográfica**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na Era dos Gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- HARVEY, David. The Geopolitics of Capitalism. In: GREGORY, Derek; URRY, John (Hg): **Social relations and spatial structures**. London: MacMillan, 1985. p. 128-163.
- HAUG, Frigga. **Rosa Luxemburg und die Kunst der Politik**. Hamburg: Argument, 2007.
- LEUBOLT, Bernhard; TITTOR, Anne. Semi-periphere Sozialstaatlichkeit in Lateinamerika: Argentinien und Brasilien im historischen Vergleich. **Journal für Entwicklungspolitik**, Frankfurt: Brandes e Apsel Südwind, v. 23, n. 2, 2008im Erscheinen.
- MERCADANTE, Aloizio. **Brasil**: primeiro tempo; análise comparativa do governo Lula São Paulo: Planeta, 2006.
- NOVY, Andreas. **Brasilien**: Die Unordnung der Peripherie; Von der Sklavenhaltergesellschaft zur Diktatur des Geldes. Wien: Promedia, 2001a.

NOVY, Andreas. Vom Korporatismus zur Treffsicherheit. Der Wandel der brasilianischen Sozialpolitik. In: JÄGER, Johannes; MELINZ, Gerhard; ZIMMERMANN, Susan (Org.): **Sozialpolitik in der Peripherie, Entwicklungsmuster und Wandel in Lateinamerika, Afrika, Asien und Osteuropa**. Frankfurt: Brandes & Apsel, 2001b. p. 79-98.

OLIVEIRA, Francisco de. The duckbilled platypus. **New Left Review**, v. 2, n. 24, p. 40-57, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. O momento Lênin. **Novos Estudos Cebrap**, v. 27, n. 75, p. 23-47, 2006.

PRADO JUNIOR, Caio. A revolução Brasileira. In: PRADO JUNIOR, Caio; FENANDES, Florestan (Org.): **Clássicos sobre a revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2000. p. 25-54.

SADER, Emir. Die hegemoniale Krise und die Krise der Linken in Lateinamerika. **PROKLA**, v. 35, n. 141, p. 541-549, 2005.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. O impasse da "formação nacional". In: FIORI, José Luís (Org.): **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 415-448.

SCHMALZ, Stefan. **Brasilien in der Weltwirtschaft: Die Regierung Lula und die neue Süd-Süd-Kooperation**. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador D. Pedro II: um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

STEDILE, João Pedro. Sair da crise com a energia do povo. In: GUIMARÃES, Juarez (Org.): **Leituras da crise: diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. p.141-191.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

TAVARES, Maria da Conceição. Império, território e dinheiro. In: FIORI, José Luís (Hg): **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 449-489.

VIANNA, Luiz Werneck. A história absolvida. In: GRAMSCI e o Brasil. [Juiz de Fora], 2002. Disponível em: <<http://www.acesa.com/grams-ci/>>. Acesso em: 15 jun. 2008.

VIANNA, Luiz Werneck. A sucessão de Lula e o retomo do nacional-popular. GRAMSCI e o Brasil [Juiz de Fora], 2008. Disponível em: <<http://www.acesa.com/>>. Acesso em: 15 jun. 2008.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.